



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Subsecretaria de Política Fiscal

NOTA TÉCNICA 04/2018

DATA: 09/05/2018

ASSUNTO: Gestão Fiscal do Estado do Rio de Janeiro – Orçamento 2018 - 2ª Revisão de Receita.

I – Metas de arrecadação 2018 – Reavaliação das Receitas Ordinárias do Tesouro

Esta nota visa reavaliar as estimativas de receita do Tesouro Estadual em relação a Nota Técnica Conjunta SUPOF/SUBPLO 01/2018- 1ª Revisão de Receita.

A retomada da atividade econômica combinada com medidas fiscais de regularização tributária e o incremento de alíquotas têm contribuído para o avanço da arrecadação tributária. Ademais, observa-se que valorização do preço do óleo no mercado internacional, bem como o aumento verificado na produção ensejou em reavaliação positiva na receita de Royalties e Participações Especiais.

As previsões das Receitas Ordinárias do Tesouro objetiva estabelecer com base em método científico a adequação da gestão fiscal, em consonância com a evolução do cenário econômico e a realização da própria receita. Considera-se, ainda, que a alteração prevista no âmbito da arrecadação do Tesouro parametriza e orienta a liberação de recursos, na busca pelo equilíbrio orçamentário e financeiro.

Com efeito, optou-se manter o posicionamento conservador com relação à realização das Receitas Não Recorrentes face às incertezas que permeiam o cenário econômico atual. Desta forma, a expectativa de Receita aqui apresentada está pautada nas Receitas Próprias do Estado.

A estimativa de receita das fontes do Tesouro totalizam R\$ 66,205 bilhões. O valor representa uma elevação de R\$ 2,178 bilhões em relação à 1ª Revisão de Receita, sobretudo por conta do melhora no desempenho esperado para a Receita de Royalties e

PE (+R\$ 1,060 bilhão em relação à 1ª Revisão). No que tange à receita tributária destaca-se o incremento de receita esperado para arrecadação de ICMS, com uma reavaliação de + R\$ 958 milhões em relação à 1ª Revisão.

Todas as alterações enumeradas serão justificadas de forma mais concisa na seção III desta Nota.

II – Cenário Econômico

A economia brasileira apresenta sinais de recuperação. Contudo, observa-se que a retomada da atividade tem sido lenta e desuniforme. A incerteza que permeia o cenário fiscal nacional retrai, em certa medida, os investimentos necessários para que haja crescimento mais acelerado do produto.

No que tange ao Estado do Rio de Janeiro - ERJ verificam-se particularidades da economia fluminense que contribuíram ao longo do período recessivo para aprofundamento da deterioração da indústria e para agravamento do cenário fiscal estadual.

Neste diapasão, o ano de 2018 inspira algum alento em relação à recuperação da economia, porém em menor intensidade do que o desejado. O crescimento projetado para o Brasil é da ordem de 2,80%, segundo Boletim Focus datado de 06.04.18.

Destaca-se, por outro lado, que nos últimos anos alcançou-se redução substancial da inflação. A credibilidade da autoridade monetária, associada ao longo período recessivo contribui sobremodo para acomodação geral dos preços. Ademais, instam-se as safras recordes que, indubitavelmente, ensejaram reduções consistentes da inflação de alimentos.

Neste ambiente de ancoragem da taxa de inflação permite-se flexibilização da Política Monetária com redução da taxa básica de juros da economia. Este contexto é imperioso para a retomada do consumo e do investimento no país.

A reforma da previdência continua sendo essencial para o reequilíbrio das finanças públicas, não tão somente no âmbito nacional, mas também para diversos Estados da Federação. A deterioração fiscal percebida também no ERJ, sobremodo, em razão do

aumento relativo dos dispêndios relacionados aos gastos previdenciários são entraves para o reordenamento das contas públicas.

No tocante à economia internacional, verifica-se ampliação de liquidez e crescimento robusto das economias, o que impulsiona o investimento estrangeiro e as exportações nacionais.

Contudo, informações recentes indicam grau de incerteza com relação ao comércio, haja vista as declarações do Governo norte-americano de sobretaxar as exportações, em especial, as chinesas. A China, por sua vez, sinalizou com retaliações no sentido de dificultar a entrada de produtos norte-americanos. Adicionalmente, o agravamento da tensão na Síria contribui, também, para instabilizar o cenário internacional.

Neste contexto, observa-se, recentemente, desvalorização do real frente ao dólar. Nota-se, que o câmbio médio em março de 2018 foi de R\$ 3,28 R\$/US\$ contra R\$ 3,13 R\$/US\$ registrado no mesmo período de 2017. A expectativa do mercado para o ano de 2018 é de um câmbio médio de 3,29 R\$/US\$, segundo boletim Focus datado de 06.04.18.

De acordo com o MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), a balança comercial brasileira apresentou de janeiro a março de 2018, saldo acumulado de US\$ 13,949 bilhões ante + US\$ 14,402 bilhões, no ano anterior. Nesta linha, a balança comercial fluminense registrou um resultado acumulado de janeiro a março de 2018 de + US\$ 2.962 bilhões contra um superávit de US\$ 3.231 bilhões no mesmo período do ano anterior.

Com relação à inflação, o IPCA, a nível nacional, registrou um percentual acumulado de janeiro a março de 2018 de 0,7% contra 0,96% no mesmo período do ano passado. O Boletim Focus (06/04/2018) prevê que o índice feche o ano de 2018 em 3,53%. A redução sistemática dos preços em geral reflete, ainda, o duradouro e profundo processo recessivo, bem como o bom desenvolvimento da produção agrícola, que contribui sobremaneira para acomodação dos preços dos alimentos.

No Estado do Rio de Janeiro (ERJ), o IPCA apresentou semelhante comportamento, no período compreendido entre janeiro e março de 2018, quando acumulou 1,27%, ante 1,47% em 2017.

Pelo lado da oferta, a indústria brasileira demonstra sinais mais consistentes de recuperação. Segundo dados do IBGE, a atividade industrial brasileira em geral de janeiro a fevereiro de 2018 registrou uma variação percentual acumulada de + 4,3%. Nesta mesma linha, no ERJ notou-se uma alta de 4,1%.

Diante da expectativa de uma recuperação gradual da demanda interna, a produção industrial nacional, de acordo com os dados do Boletim Focus (06/04/18), deve fechar o ano de 2018 com um aumento de 4,29%. Segundo o mesmo relatório, espera-se para 2019, crescimento de 3,5%.

No particular setor de Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias verificou-se desempenho extremamente favorável, em linha com as estatísticas relativas ao ano passado. De acordo com dados do IBGE, o referido setor no âmbito nacional obteve uma variação acumulada no período entre janeiro e fevereiro de 2018 de 21,7%, o ERJ, por sua vez, apresentou comportamento superior, com elevação de 57,0%.

O comércio varejista, por seu turno, demonstra certa recuperação, após prolongado período de retração das vendas. No acumulado do ano (janeiro a fevereiro de 2018) o país apresentou crescimento percentual de 2,3%. Com relação ao ERJ, ainda não se verificou retomada substancial da atividade. Contudo, as perdas dos últimos meses tem sido inferiores a verificada no ano passado. Desta forma, a redução acumulada no Estado foi de 0,4% (janeiro a fevereiro de 2018).

O mercado de trabalho no ERJ tem apresentado alguns sinais de estabilização dos indicadores. Entretanto, as estatísticas demonstram que a recuperação efetiva, ainda, perdurará por longo tempo. Os dados divulgados pelo Ministério do Trabalho de fevereiro de 2018 indicam variação mensal de - 0,08%, fruto da redução líquida de 2.750 vagas. No ano, o saldo está no campo negativo em 12.258 postos de trabalho, um decréscimo de 0,37%, com destaque para comércio e construção civil. O longo período recessivo, que atingiu, sobretudo, o ERJ produziu efeitos nefastos para o mercado de trabalho. Contudo, a recuperação da atividade econômica, em curso, deve contribuir para melhora dos indicadores.

III – Descrição das variações de projeção de Receita do Tesouro:

A Tabela 1 apresenta as novas estimativas de Receitas próprias do Tesouro, que são comentadas item a item em seguida.

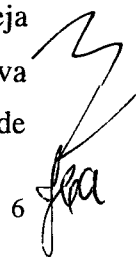
Tabela 1- Reestimativa das Principais Receitas Tesouro 2018 - Rubrica Orçamentária

R\$ Milhões

Receita*	FR	REVISÃO DE RECEITA		2ª Revisão X 1ª Revisão	
		1ª Revisão (D)	2ª Revisão (E)	(E - D)	Δ% (E/D-1)
IRRF	100	3.813	3.813	-	0,0%
IPVA	100	2.954	2.925	- 29	-1,0%
ITD	100	1.292	1.334	42	3,3%
FECF	122	4.699	4.786	87	1,9%
ICMS	100	33.535	34.493	958	2,9%
TAXAS	132	30	30	-	0,0%
Receita Financeira		35	38	3	7,4%
Royalties & FEP		8.728	9.788	1.060	12,1%
FPE	107	1.400	1.397	- 3	-0,2%
IPI	107	933	1.008	75	8,0%
Lei Kandir	107	86	84	- 2	-2,1%
CIDE	126	90	81	- 9	-9,8%
FEX	101	68	68	-	0,0%
Multas e Juros		674	664	- 10	-1,5%
Dívida Ativa		216	237	21	9,6%
Dep. Judiciais tributários	190			-	
Resarcimento de pessoal cedido		57	73	16	28,1%
Restituições e Indenizações		103	105	2	1,7%
Demais Receitas	101	118	26	- 92	-77,9%
Alienação de Bens	133	-	-	-	
Outros		64	122	58	90,1%
Subtotal 1		58.898	61.074	2.176	3,7%
Salário Educação	105	476	476	-	0,0%
Operações de Crédito	111	4.654	4.654	-	0,0%
Subtotal 2		5.130	5.130	-	0,0%
TOTAL GERAL		64.027	66.204	2.176	3,4%

*Receita Bruta (com FUNDEB & Transferências aos Municípios)

1. **IPVA** – Alterado em menos 29 milhões (-1,0%) em relação à 1ª Revisão. O modelo estatístico estimou para 2018 o valor de R\$ 2,9 bilhões, refletindo o ajuste da receita realizada nos primeiros meses do ano de 2018.
2. **ITD** – Este imposto teve a previsão para 2018 elevada para R\$ 1,3 bilhão, um aumento de R\$ 42 milhões em relação à 1ª Revisão. A previsão de arrecadação para este ano refletiu os efeitos da expectativa de aumento das alíquotas, conforme a Lei nº 7.786 de 16 de novembro de 2017, bem como as consequências diretas desta elevação sobre a arrecadação tributária.
3. **FECF** – Reestimado em R\$ 4,8 bilhões frente à 1ª Revisão. Nesta linha, espera-se um aumento de R\$ 87 milhões. O aumento esperado em 2018 está em consonância com a expectativa de recuperação do desempenho da atividade econômica.
4. **ICMS** – Reavaliado em R\$ 34,5 bilhões, projetando-se crescimento nominal de 2,9% (+R\$ 958 milhões), em relação à 1ª Nota de Revisão de Receita. O esperado aumento da Receita de ICMS é resultado das medidas de modernização da arrecadação, entre elas o Programa Fisco Fácil, em implantação desde o 2º semestre de 2017. Adicionalmente, a retomada da economia impulsionou, em certa medida, a arrecadação de ICMS nos primeiros meses do ano.
5. **IPI** - Reavaliado em mais R\$ 75 milhões (+8,0%) em relação à 1ª Nota de Revisão de Receita. Considera-se nessa reestimativa a última previsão de repasse da União para essa transferência, com base no Decreto nº 9.323, de 29/03/18. Acredita-se que o montante a ser repassado ao ERJ a título de IPI alcançará R\$ 1,0 bilhão até o fim do ano, um aumento de R\$ 301 milhões em comparação ao valor realizado em 2017.
6. **Royalties** – Estima-se que a receita de Royalties e Participações Especiais seja R\$ 1.060 milhões maior em relação à 1ª Nota de Revisão de Receita. A nova receita esperada para o exercício (R\$ 9,8 bilhões) tem os mesmos parâmetros de



Brent e Câmbio da 1ª Revisão (US\$ 60 e R\$/US\$ 3,31). Associa-se a esses parâmetros a previsão de crescimento de produção e o novo preço referência, conforme Resolução ANP nº 703/17. Com base nessas variáveis, estima-se que caberá ao Rioprevidência R\$ 7,5 bilhões desta receita, o que representa 77% das Participações Governamentais do Estado nesse período. Ao longo do exercício, o acompanhamento desses parâmetros orientará outras revisões, caso necessário.

Tabela 2

ROYALTIES		1ª Revisão (D)	2ª Revisão (E)
		8.728.093.016	9.787.885.438
	Transferências aos Municípios	477.149.282	491.385.356
Fonte 104	PASEP	82.509.437	92.965.001
	FECAM*	412.547.187	464.825.004
	Indenização a União	944.545.981	914.859.287
Fonte 103	FISED **	288.510.781	301.883.450
Fonte 231	RIOPREVIDÊNCIA*	6.522.830.348	7.521.967.341

* Incluído valor apurado de DRE relativo ao FECAM

** PL Nº 3.478/2017

Tabela 3 - Reestimativa de Receita Tesouro 2018 - Por Fonte de Recursos

R\$ Milhões

Receita**	FR	1ª Revisão (D)	2ª Revisão (E)	2ª REVISÃO X 1ª REVISÃO	
				(E - D)	Δ% [E/D-1]
IRRF	100	3.813	3.813		
IPVA	100	2.954	2.925	(29)	-1,0%
ITD	100	1.292	1.334	42	3,3%
ICMS	100	33.328	34.280	952	2,9%
Multas e Juros	100	543	533	(11)	-1,9%
Dívida Ativa	100	324	324		0,1%
Receita Financeira	100	0	0	()	-86,3%
Restituições	100	43	43		
Outros	100	1	-	(1)	-100,0%
TOTAL	100	42.297	43.252	46	0,1%
Receita Financeira	101	61	129	69	113,7%
Demais Transf. União	101	68	68		
Multas e Juros	101	0	0	()	-85,4%
Indenizações e Restituições	101	58	58		
Dívida Ativa	101	-	-		
Demais Receitas	101	24	14	(10)	-43,4%
Ressarcimento de Pessoal Cedido	101	3	5	2	52,6%
Rec. Intra-Orçamentária - Demais Receitas	101	6	6		2,5%
Outros	101	122	40	(82)	-67,2%
TOTAL¹	101	342	320	(22)	-6,4%
FEEF	102	207	213	6	2,9%
Multas e Juros	102	0	1	1	243,7%
TOTAL		208	214	7	3,3%
Royalties	103	288	302	14	4,9%
Royalties	104	1.917	1.964	47	2,5%
Outras	104	-	1	1	
Royalties	231	6.523	7.521	998	15,3%
TOTAL		8.728	9.788	1.060	12,2%
Salário Educação	105	476	476		
Outros	105	0,0	0,0		
TOTAL	105	476	476		
FPE	107	1.400	1.397	(3)	-0,2%
Receita Financeira	107	-	-		
IPI	107	933	1.008	75	8,0%
Lei Kandir	107	86	84	(2)	-2,1%
Outros	107	0	0		
TOTAL	107	2.419	2.489	70	2,9%
Ressarcimento de Pessoal Cedido	120	38	51	13	35,3%
Outros	120	19	23	3	15,9%
Total	120	57	73	16	28,7%
FECF	122	4.699	4.786	87	1,9%
Multas e Juros	122	17	17		
Dívida Ativa	122	1	11	10	849,8%
TOTAL	122	4.717	4.814	97	2,1%
Outros	126	-	-		
CIDE	126	90	82	(8)	-8,9%
TOTAL	126	90	82	(8)	-8,9%
Taxas	132	30	30		
Multas e Juros	132	1	1		45,0%
Dívida Ativa	132	-	-		
TOTAL	132	31	31		1,0%
Alienações	133	-	-		
Dep. Judiciais tributários	190	-	-		
Outros	190	-	-		
TOTAL	190	-	-		
Lei 147 - 151	191	-	-		
Lei 7.181/2017	191	-	-		
Outros	191	-	-		
TOTAL	191	-	-		
Auxílio Financeiro - Medida Provisória 734/2016	192	-	-		
Outros	195	5	8	2	46,7%
Outros*	195	3	3		
Outros	111	-	-		
Restituições	111	-	-		
Operações de Crédito*	111	4.654	4.654		
Total Geral		64.027	66.204	2.177	3,4%

* Receitas de Capital

** Receita Bruta (com FUNDEB)

IV – Cronograma de entrada de receitas¹.

Segue abaixo a previsão de realização bimestral das receitas gerenciadas pela UGE 9999 – Tesouro do Estado do Rio de Janeiro, conforme Tabela 1 desta Nota.

Tabela 4 – Cronograma Bimestral por Rubrica de Receita e Fonte de Recursos

		Em mil R\$						
ORIGEM DA RECEITA	FR	1º BIMESTRE**	2º BIMESTRE**	3º BIMESTRE	4º BIMESTRE	5º BIMESTRE	6º BIMESTRE	TOTAL
11 RECEITA TRIBUTÁRIA	100	8.683.288	7.134.547	6.621.553	6.738.383	6.748.642	7.231.457	43.157.870
	102	69.568	50.615	22.791	23.362	23.813	24.226	214.375
	122	820.592	775.150	810.758	798.865	787.639	821.121	4.814.125
	132	3.905	4.900	5.389	5.389	5.389	5.389	30.361
13 RECEITA PATRIMONIAL	100	-	-	4	4	4	4	16
	101	79.947	14.422	12.225	11.300	11.360	10.720	139.974
	103	-	-	99.917	99.917	25.353	99.917	325.105
	104	1.242.218	99.159	170.593	170.593	110.879	170.593	1.964.035
	105	385	796	83	83	83	83	1.514
	126	120	18	188	188	188	188	888
	195	-	-	1.213	1.213	1.213	1.213	4.852
	231	945.154	685.101	1.813.140	1.813.140	429.069	1.813.140	7.498.746
16 RECEITA DE SERVIÇOS	101	258	572	830	830	830	830	4.149
	195	1.769	411	155	155	155	155	2.800
17 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	101	-	-	-	-	22.806	45.612	68.418
	105	78.681	57.729	77.603	81.453	95.831	84.423	475.721
	107	474.628	387.811	417.481	373.076	374.925	461.139	2.489.060
	126	20.797	17.986	-	21.304	21.167	-	81.255
19 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	100	9.093	4.909	20.044	20.044	20.044	19.973	94.106
	101	9.804	16.702	19.180	19.206	19.214	19.200	103.306
	120	5.464	3.869	3.292	3.292	3.292	3.292	22.500
	132	-	-	23	33	22	30	108
21 OPERAÇÕES DE CRÉDITO	111	900.000	23.604	932.557	932.557	932.557	932.557	4.653.832
22 ALIENAÇÃO DE BENS	133	-	-	-	-	-	-	-
23 AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	195	-	-	726	726	726	726	2.904
79 INTRAORÇAMENTÁRIA OUTRAS CORRENTES	101	127	550	531	531	531	531	2.800
	120	18.687	20.095	3.014	3.014	3.014	3.014	50.839
Total Fontes de Recursos do Tesouro		13.365.048	9.299.102	11.033.386	11.118.754	9.638.842	11.749.630	66.204.762

* Apenas UGE 999900.

** Valores já realizados.

¹ Receita Bruta (Com FUNDEB)

9 JAC

VI- Conclusão

A presente Nota visa, portanto, alinhar a Receita do Tesouro Estadual face à alteração da conjuntura econômica e a evolução da própria arrecadação realizada nos primeiros meses do ano de 2018. Ademais, consideraram-se a recuperação dos preços no mercado internacional de óleo e gás, bem como as medidas específicas de ajuste fiscal que contribuem para recomposição da Receita.

A perspectiva de avanço na produção de petróleo associado à valorização do produto no mercado externo acena para um quadro de desempenho mais favorável para a Receita. Neste particular, faz-se mister asseverar que as Participações Governamentais se apresentam, novamente, como fator de contribuição incontestável para reavaliação positiva do orçamento.

Consideram-se, ainda, os efeitos das medidas compreendidas no bojo do PRF – Plano de Recuperação Fiscal, que contribuíram para quadro de recomposição de Receita, na medida em que permitiu a efetivação de operações de crédito e readequação de alíquotas tributárias.

Contudo, o ano de 2018 se impõe, ainda, desafiador sob a ótica fiscal para o ERJ. O almejado equacionamento das Receitas e Despesas depende de iniciativas que cumprem o condão de ajustar as despesas à capacidade arrecadação do Estado.

Em relação aos valores atribuídos nesta Nota propõe-se a elevação da Receita por motivos elucidados anteriormente e que afetam diretamente o equilíbrio orçamentário e financeiro e, por conseguinte orientam a adequação e gerenciamento ativo do orçamento, a fim de mitigar riscos e aperfeiçoar o controle estatal sobre as finanças estaduais. Em linha com essa premissa, esta Revisão da Receita aponta, neste momento, para aumento de R\$ 2,178 bilhões frente à 1ª Revisão de Receita.

Com efeito, esta Nota tem o condão de atribuir receitas asseguradas. Neste particular, iniciativas em curso que resultem em aumento da arrecadação, mas que, ainda, não foram efetivadas, estão propositalmente excluídas da atual projeção de receita, de

sorte que coadune com o princípio da prudência e conservadorismo nas projeções de orçamento.

Por fim, mas não menos importante, destaca-se que a previsão de Receita apresentada nesta Nota permitirá reavaliar e rever o Anexo I da Resolução SEFAZ nº 209, de 06 de fevereiro de 2018, que divulgou as Metas Bimestrais de Arrecadação, bem como o Cronograma de Desembolso, divulgado pela Resolução SEFAZ nº 10, dessa mesma data.



Raphael Phillippe dos Santos Lopes Leal de Moura
Superintendente de Relações Federativas e Transparência Fiscal



Joséfa Castro de Albuquerque
Subsecretária de Política Fiscal

De acordo,



Luis Cláudio Fernandes Lourenço Gomes
Secretário de Estado de Fazenda